

# KIDD, Alan. *State, Society and the Poor in XIX Century. England, London: Macmillan Press, 1999.*

**Cláudia Maria Ribeiro Viscardi\***

*Resenha enviada em 2 de abril de 2009 e avaliada em 7 de junho de 2009*

A onda neoliberal capitaneada por Margareth Thatcher nos anos oitenta na Inglaterra ficou historicamente conhecida pelo desmanche operado sobre as instituições estatais, sobretudo as de proteção social, as quais haviam sido construídas ao longo dos séculos pelos britânicos. Talvez por esta razão a Inglaterra ainda nos pareça uma nação em que os preceitos do Estado mínimo vigoravam por sobre uma sociedade civil, carente de qualquer proteção social.

O panorama traçado pelas obras literárias de Dickens certamente contribuiu para a exacerbação de tal perspectiva, ao demonstrar o caráter histórico deste abandono. Os rigores do inverno, o abandono das crianças, o sofrimento das mulheres, as longas jornadas de trabalho dos adultos e as duras condições de vida dos idosos serviram de pano de fundo para o desenrolar de seus romances, sempre muito críticos em relação à falta de assistência aos mais amplos setores da sociedade inglesa. Sob o furor das máquinas criadas ao longo das revoluções industriais, da imposição de uma rígida disciplina do trabalho e sob o simbólico olhar vigilante do relógio do Big Ben encontrava-se significativa plêiade de destituídos, dos mais variados espécimes e das mais diferentes necessidades. Para nosso imaginário, o capitalismo selvagem teria encontrado a sua maior expressão na Grã Bretanha, onde se constituiu e de onde se expandiu pelo mundo.

A despeito de tais visões, Alan Kidd afirma que a ajuda aos pobres na Inglaterra foi uma das mais generosas da Europa, entre o final do século XVIII e início do XIX. Segundo o autor, em muitos países tentou-se acabar com a indigência, mas na Inglaterra tentou-se também acabar com a pobreza.

---

\* Doutora em História Social pela UFRJ. Professora do Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. Endereço: Universidade Federal de Juiz de Fora – Instituto de Ciências Humanas – Departamento de História. Laboratório de História Política e Social – LAHPS - salas 26 e 27- Campus Universitário – Bairro Martelos – E-mail: claudia.viscardi@uff.edu.br.

Antes da instituição do “Welfare State”, que se deu a partir da II Guerra Mundial no Reino Unido, inúmeras iniciativas de assistência aos pobres foram implementadas, ou pelo setor público ou pelo privado, ao longo dos séculos XIX e XX. É sobre tais ações que se volta o livro de Alan Kidd.

Sua proposta é diferenciar-se do restante da historiografia produzida sobre o tema, que, segundo ele, tem abordado a pobreza e as tentativas encontradas para a sua superação sob uma perspectiva teleológica, ou seja, tais estratégias têm sido lidas meramente como capítulos que antecederam ao Estado de Bem-Estar Social.

Com este fim, Kidd debruça-se sobre o século XIX e a primeira década do XX para estudar como se entendia a pobreza e como se processava a assistência aos pobres, a partir da perspectiva dos próprios contemporâneos. Para ter acesso a tal universo, valeu-se da análise do impacto das teorias de Bentham e Malthus sobre o imaginário coletivo da população simples, dos reformadores políticos e dos filantropos. Levou igualmente em consideração a penetração do ideário protestante, analisando como seus valores inspiraram o conjunto das ações propostas.

Para o autor, as diferentes visões de pobreza são historicamente diferenciadas e culturalmente definidas. A concepção que se esboça acerca de suas causas induz à escolha de diferentes estratégias para resolvê-la. Kidd destaca ter o conceito surgido a partir do século XVI, após a ampliação das atividades comerciais e do processo de urbanização das cidades europeias. Antes tolerada ou até bem vista, por proporcionar às suas vítimas a oportunidade da salvação, aos poucos a pobreza passou a ser considerada como resultante da irresponsabilidade moral dos indivíduos. Sua solução estaria, conseqüentemente, atrelada às iniciativas individuais e condicionada pelo desejo ou opção dos pobres em saírem da situação em que se encontravam.

Ao mesmo tempo, as teses de Malthus afiançavam ser a pobreza inevitável e a possibilidade de remediá-la inútil, na medida em que se constituía em mero resultado do intenso crescimento populacional das cidades, sem a contrapartida dos recursos materiais para sustentá-lo. Em coadunância com esta visão, tanto as ações de caridade e filantropia privadas como os socorros proporcionados pela Lei dos Pobres consistiam em benesses conferidas aos destituídos e não um direito dos cidadãos. Enquanto a pobreza era vista como resultado de escolhas individuais, a responsabilidade por sua superação era atribuída exclusivamente ao receptor dos socorros. A despeito deste fato, a prática da caridade era uma obrigação do doador, uma alternativa de salvação de sua própria alma.

Com base nesses valores compartilhados, o papel do Estado estaria limitado ao de facilitador das ações privadas de ajuda aos necessitados. Para os religiosos, principais responsáveis pelos socorros, era mais impor-

tante salvar as almas do que os corpos, missão que caberia a eles cumprir e não ao Estado.

Em que pese as opiniões dos evangélicos da “Church of England”, o Estado não teve como ignorar o aumento do número de destituídos, ampliando progressivamente os socorros concedidos pela “Lei dos Pobres”. O autor confere acurada atenção ao funcionamento da Lei e das reações por ela causadas nas diferentes camadas sociais. A ineficácia de seus resultados, mesmo após as reformas de 1834 – **que tinham por fim organizar toda a assistência pública e privada entre os britânicos, com vistas ao maior controle e discriminação de pobres merecedores dos não merecedores de ajuda** –, levou a uma necessária revisão da Lei, sobretudo no que se referia às “workhouses” (casas de trabalho). Tais mudanças refletiam alterações de concepções acerca das causas da pobreza.

Com a proliferação das ideologias organicistas e evolucionistas na segunda metade do século XIX, a pobreza passou a ser explicada por razões ambientais e sociais e não mais pelas individuais. Tal visão conduziu a uma responsabilização coletiva pelo problema. Inúmeras pesquisas surgiram em torno do tema, nas principais universidades britânicas, que resultaram em interessantes tipologias de pobreza. O encontro de tais teorias com as teses de Adam Smith resultou na descoberta de que a pobreza era fruto das crises econômicas conjunturais do país e de que sua solução passaria necessariamente pela ampliação dos postos de trabalho. Consequentemente, deveria o Estado responsabilizar-se pelo combate à miséria, deixando para a filantropia ou para a caridade o exercício de funções meramente complementares.

Em seu instigante trabalho, Kidd realça aspectos cotidianos dos atores envolvidos nas ações de filantropia. Destaca entre eles o papel das mulheres, personagens relevantes nas visitas domiciliares aos pobres, na arrecadação de fundos, nas lições de economia doméstica ministradas às mães destituídas, nos treinamentos para o trabalho doméstico e no reforço de valores como o da previdência e o do recato. Tais atividades propiciavam espaços exclusivos de sociabilidade feminina na era vitoriana.

Entre os cinco capítulos voltados para a análise da assistência privada e pública, um deles é especificamente dedicado às alternativas encontradas pelos próprios pobres, principalmente os trabalhadores, para buscarem meios de superarem a condição social em que se encontravam. Neste sentido, a organização de associações mutuais e de cooperativas foi um instrumento valioso de resgate e manutenção de um sentimento de respeitabilidade, muito caro ao trabalhador britânico do século XIX. Segundo o autor, muitas mutuais surgiram como resultado das mudanças na assistência pública a partir da Nova Lei dos Pobres de 1834, que inviabilizava o socorro aos válidos. Para os trabalhadores

KIDD, Alan.  
State, Society  
and the Poor in  
XIX Century  
England.  
London,  
Macmillan  
Press, London,  
1999.

Locus:  
revista de  
história,  
Juiz de Fora,  
v. 15, n. 1  
p. 209-213, 2009

momentaneamente desempregados restava como alternativa única a sua permanência numa “workhouse”. Estrategicamente, os trabalhadores entendiam que seria melhor contribuir com uma mutual a ter que permanecer numa instituição onde sua liberdade estaria cerceada e os rigores do trabalho obrigatório eram por demais conhecidos. Desta forma, a filiação a uma sociedade de socorros mútuos veio a se constituir num mecanismo de sobrevivência em períodos de doenças ou desemprego, ao mesmo tempo em que mantinha o trabalhador livre da humilhante ajuda da Lei dos Pobres.

Buscando conferir uma interpretação mais antropológica às suas análises, Kidd afirma que as relações de ajuda mútua que se processavam através das mutuais e pela via da filantropia não expressavam atos interessados (relações de troca) e nem tão pouco em desinteressado altruísmo. Tratavam-se de estratégias de sobrevivência ante a limitada ajuda do Estado, gerando relações de interdependência, inspiradas em valores de reciprocidade e de generosidade.

Talvez tenha sido por esta razão, entre outras possíveis, que o fenômeno do mutualismo tenha sido tão significativo no Reino Unido. Kidd afirma que um em cada três adultos britânicos do sexo masculino pertencia a uma mutual na segunda metade do século XIX.

Os responsáveis pela condução da Lei dos Pobres viam com bons olhos este movimento associativo, muito embora tivessem também olhares de desconfiança, temendo que a agregação dos trabalhadores contribuísse para ampliar sentimentos de insatisfação dos mesmos em relação às suas condições precarizadas de vida.

As primeiras décadas do século XX assistiram à proposição, por parte dos reformadores liberais, da ampliação do papel do Estado na assistência pública. Tal mudança vinha sendo uma reivindicação dos sindicatos e contava com a árdua oposição das mutuais que temiam seu esvaziamento. Dado o poder de pressão que as mesmas possuíam, conseguiram ser incorporadas no processo de transição para o “Welfare State”. Só durante a primeira guerra mundial, o Estado assumiria um controle total sobre o processo, em razão da ineficácia das soluções anteriormente tentadas.

O estudo do mundo do trabalho na tradicional História Social Inglesa demonstra muito vigor na abordagem de temas como a pobreza, a exclusão e as formas de proteção social, tanto públicas como privadas. O trabalho de Alan Kidd, produzido ao final dos anos 90, mantém uma continuidade em relação a inúmeros outros trabalhos que lhe antecederam. Neste campo, as pesquisas sobre o Brasil ainda se encontram em estágio embrionário, pelo menos no que diz respeito a uma análise histórica desses temas. Em que pesem as inúmeras diferenças entre as experiências britânicas e brasileiras, certamente os trabalhos produzidos sobre este as-

sunto no Reino Unido prestam destacada contribuição para um futuro diálogo em torno de um problema que em nosso país assume, até hoje, dimensões inaceitáveis, e para o qual a contribuição dos historiadores não tem sido ainda suficiente.

KIDD, Alan.  
State, Society  
and the Poor in  
XIX Century  
England.  
London,  
Macmillan  
Press, London,  
1999.